

Nota Informativa

Edição 106/2026

DESTAQUES

Comissão aprova regras para reforçar investigações de crimes cometidos pela internet

Congresso terá duas semanas de esforço concentrado após recesso

TSE avalia regras para que plataformas previnam ataques à eleição e considera criar comissão fiscalizar big techs

Sedigi pede investigação de 32 sites de criação de imagens de nudez não consentida com uso de IA

RELAÇÕES EXTERIORES

Indústria brasileira repudia taxaço dos Estados Unidos sobre o Brasil

JUDICIÁRIO

Moraes assume a presidência do STF até o fim de julho

Durigan pede endurecimento de regras para bets a Fachin

ECONOMIA E TRIBUTÁRIO

Taxa dos EUA tem impacto de US\$ 11 bi em exportações, diz Amcham

Brechas regulatórias favorecem crime com criptomoedas, diz órgão global

REFORMA TRIBUTÁRIA

Empresas passam a ser obrigadas a incluir novos tributos em notas

TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Conar pretende avançar sobre o uso de IA na publicidade

China cria a ONU voltada para Inteligência Artificial. Brasil participa do lançamento

Europa obriga o Google a abrir o Android às rivais de Inteligência Artificial e de buscas online

Deputados querem mudar o Marco Civil da Internet para bloquear contas, perfis ou canais

POLÍTICA

Motta conversa com líderes sobre resposta a Dino, mas PT e PSOL dizem ter ficado de fora das articulações

DESTAQUES

Comissão aprova regras para reforçar investigações de crimes cometidos pela internet

Poder Legislativo | **15/07/2026 – 19h14min**

A Comissão de Segurança Pública da Câmara dos Deputados aprovou projeto de lei que altera o marco civil da internet (Lei 12.965/14) para determinar que a Justiça suspenda ou boqueie perfis e contas que estejam sendo usados de forma reiterada na prática de ilícitos civis ou penais. Atualmente, a lei prevê a retirada de conteúdos específicos mediante ordem judicial, mas não trata expressamente do bloqueio de contas, perfis ou canais. A proposta obriga empresas de tecnologia, redes sociais e provedores a colaborarem com a polícia e a Justiça, fornecendo dados cadastrais e registros de conexão em investigações de fraudes, invasões, exploração infantil e lavagem de dinheiro. O descumprimento das regras gera multa diária. Foi aprovado o substitutivo do relator, deputado Capitão Alberto Neto (PL-AM), ao Projeto de Lei 4614/25, do deputado Domingos Neto (PSD-CE). O parecer retoma parte do projeto original que trata da tipificação penal e do aumento de penas e que foi excluída durante a análise na Comissão de Comunicação. Fonte: Agência Câmara

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Congresso terá duas semanas de esforço concentrado após recesso

Poder Legislativo | **16/07/2026 – 08h57min**

O presidente do Senado e do Congresso Nacional, Davi Alcolumbre (União-AP), anunciou um acordo com o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), para a realização de duas semanas de esforço concentrado após o recesso parlamentar. As votações ocorrerão entre 10 e 14 de agosto e de 31 de agosto a 3 de setembro. O objetivo é concentrar as atividades legislativas antes das eleições de outubro, período em que deputados e senadores costumam reduzir a presença em Brasília para participar das campanhas em seus estados. O primeiro turno está marcado para 4 de outubro, e um eventual segundo turno será realizado em 25 de outubro. Segundo Alcolumbre, o calendário foi combinado com Motta para que as duas Casas possam analisar propostas simultaneamente e reduzir o tempo de tramitação entre Câmara e Senado. Fonte: Congresso em Foco

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

TSE avalia regras para que plataformas previnam ataques à eleição e considera criar comissão fiscalizar big techs

Poder Judiciário | **15/07/2026 – 16h09min**

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) avalia editar uma portaria para detalhar as obrigações que plataformas digitais terão de seguir para prevenir riscos à integridade das eleições deste ano, assim como criar uma comissão para monitorar a atuação das empresas

durante o período eleitoral. Uma proposta em estudo pela Corte, que deve ser apresentada em reunião com as empresas nesta quinta-feira, prevê uma série de exigências para redes sociais, mensagens, buscadores e ferramentas de inteligência artificial em funcionamento no país. O documento, ao qual o GLOBO teve acesso, exige, por exemplo, que as big techs adotem medidas preventivas para impedir o uso de robôs para espalhar desinformação sobre a integridade do sistema eleitoral. Ainda especifica uma série de deveres das plataformas quanto à transparência e integridade no impulsionamento de conteúdos político-eleitorais. Fonte: O Globo

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Sedigi pede investigação de 32 sites de criação de imagens de nudez não consentida com uso de IA

Poder Executivo | **15/07/2026 – 14h21min**

A Secretaria Nacional de Direitos Digitais (Sedigi), do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), identificou 32 sites que oferecem ferramentas de inteligência artificial (IA) voltadas à chamada "nudificação" — alteração de fotografias para criar imagens falsas de nudez. O resultado está consolidado na Nota Técnica nº 23/2026, assinada em 13 de julho, que complementa levantamento anterior voltado a aplicativos móveis e amplia o foco para os produtos oferecidos diretamente na web aberta. O levantamento identificou os endereços eletrônicos (URLs), verificou sua acessibilidade ao público brasileiro e encaminhou o material às providências cabíveis. A relação das URLs não acompanha a versão pública da nota técnica. O anexo foi classificado como documento restrito, pois sua divulgação poderia facilitar o acesso a material capaz de violar direitos da personalidade, especialmente a intimidade, a honra, a imagem e a dignidade das pessoas potencialmente atingidas. Fonte: ASCOM MJSP

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

RELAÇÕES EXTERIORES

Indústria brasileira repudia taxaço dos Estados Unidos sobre o Brasil

Mercado | **16/07/2026 – 09h46min**

O governo dos Estados Unidos anunciou na madrugada (horário de Brasília) desta quinta-feira (16) a nova taxaço de 25% sobre produtos brasileiros e as entidades que representam vários setores da indústria brasileira reagiram fortemente à medida determinada pelo presidente Donald Trump. A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), divulgou comunicado no qual "lamenta com profunda preocupação a aplicação de uma sobretaxa às exportações de produtos brasileiros ao mercado norte-americano". "A decisão é especialmente prejudicial por se limitar de forma unilateral ao Brasil, o que reduz significativamente a competitividade do país perante concorrentes globais", diz a Fiesp. A entidade reafirmou também o "seu compromisso com a diplomacia empresarial e seguirá trabalhando de forma construtiva junto a parceiros nos EUA para que as tarifas sejam revertidas ou parcialmente mitigadas na ampliação da lista de isenções". Fonte: Agência Brasil

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

JUDICIÁRIO

Moraes assume a presidência do STF até o fim de julho

Poder Judiciário | **16/07/2026 – 06h00min**

O ministro Alexandre de Moraes passará a responder nesta quinta-feira (16) pela presidência do Supremo Tribunal Federal. Ele assume o plantão judicial até 31 de julho, quando se encerra o recesso de meio de ano do tribunal. Na condição de vice-presidente do STF, Moraes dividiu com o ministro Luiz Edson Fachin, presidente da Corte, a responsabilidade pelo plantão judicial. Cabe ao presidente decidir sobre todas as questões de urgência durante o período de recesso. Fachin esteve à frente do plantão de 2 a 15 de julho. O recesso, no entanto, não trará as decisões dos ministros nos processos de sua relatoria. Oficialmente, só a ministra Cármen Lúcia e o ministro Luiz Fux decidiram suspender as atividades do gabinete no recesso. Os demais continuarão atuando nos casos de sua relatoria. Fonte: Poder 360

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Durigan pede endurecimento de regras para bets a Fachin

Poder Executivo | **15/07/2026 – 20h41min**

O ministro da Fazenda, Dário Durigan, reuniu-se nesta quarta-feira (15) com o presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Luiz Edson Fachin, para defender o endurecimento das regras de operação dos sites de apostas. A reunião serviu para discutir ações que analisam a validade das regulamentações para as bets. O ministro do governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) afirmou que a Fazenda tem defendido maiores restrições à publicidade e a regulamentação das perdas. Durigan ressaltou que há processos com os ministros Kassio Nunes Marques e André Mendonça que questionam a possibilidade de municípios regularem sites de apostas. Fonte: Poder 360

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

ECONOMIA E TRIBUTÁRIO

Taxa dos EUA tem impacto de US\$ 11 bi em exportações, diz Amcham

Mercado | **16/07/2026 – 11h26min**

A Amcham Brasil (Câmara Americana de Comércio para o Brasil) afirmou nesta quinta-feira (16) que as tarifas de 25% sobre produtos brasileiros dos Estados Unidos podem impactar em mais de US\$ 11 bilhões nas exportações da indústria e do agronegócio do Brasil. Em nota, diz que o tarifaço “coloca o Brasil entre os países com condições mais restritivas no mundo para acessar o mercado norte-americano”. O USTR (Escritório do Representante Comercial dos EUA) confirmou na 4ª feira (15.jul) uma nova tarifa de 25% sobre produtos brasileiros exportados para o país. A medida que entra em vigor se aplica aos produtos do Brasil destinados ao mercado norte-americano, com exceção de carne, café e outros produtos. Fonte: Poder 360

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Brechas regulatórias favorecem crime com criptomoedas, diz órgão global

Mercado | **16/07/2026 – 12h59min**

Criminosos estão se aproveitando de brechas regulatórias para movimentar bilhões em recursos ilícitos por meio do setor de criptomoedas, afirmou nesta quinta-feira o Grupo de Ação Financeira (Gafi) em sua mais recente análise sobre o papel dos ativos virtuais no financiamento ilícito. O relatório do Gafi, órgão intergovernamental com sede em Paris voltado ao combate à lavagem de dinheiro, aponta que os crimes com criptomoedas se tornaram mais complexos e interligados no último ano. Fonte: InfoMoney

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

REFORMA TRIBUTÁRIA

Empresas passam a ser obrigadas a incluir novos tributos em notas

Mercado | 16/07/2026 – 05h02min

A partir de 3 de agosto, empresas que deixarem de preencher os campos do Imposto e da Contribuição sobre Bens e Serviços (IBS e CBS) na Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) e na Nota Fiscal de Consumidor Eletrônica (NFC-e) poderão ter seus documentos rejeitados pelos sistemas da Receita Federal e das secretarias da Fazenda dos Estados. A obrigação marca o fim do período de adaptação e é considerada o primeiro grande teste prático da reforma tributária. As alterações nos sistemas estão previstas em nota técnica divulgada pelo Comitê Gestor do IBS, que coordena a implementação da reforma, e pela Receita Federal. Hoje, quase a metade das cerca de 1,2 milhão de empresas do país, não optantes do Simples Nacional, já declaram os novos tributos nas notas. Um total de 541,5 mil, segundo a Receita. Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Conar pretende avançar sobre o uso de IA na publicidade

Poder Executivo | 16/07/2026 – 05h01min

O Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária (Conar) pretende avançar na definição de quando o uso de inteligência artificial (IA) em campanhas publicitárias deve ser informado ao consumidor e de como se divide a responsabilidade por anúncios feitos por influenciadores digitais sem contrato formal com os anunciantes. Em entrevista ao Valor, o novo presidente da entidade, Eduardo Simon, afirmou que o órgão já analisa casos relacionados à IA a partir de queixas de consumidores. Para Simon, a tecnologia deve ser identificada quando puder induzir o público em erro, como no uso de imagem ou voz sintética de uma pessoa real e na apresentação de influenciadores virtuais como humanos. A identificação seria dispensável quando a IA fosse apenas uma ferramenta de produção. “O critério não é o processo, é o potencial de indução em erro”, disse ele. Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

China cria a ONU voltada para Inteligência Artificial. Brasil participa do lançamento

Mercado | 16/07/2026

O cenário geopolítico da Inteligência Artificial se acirra. A China vai lançar durante a Waic (Conferência Mundial de Inteligência Artificial), que acontece em Xangai entre 17 e 20 de julho, a Waico — Organização Mundial de Cooperação em Inteligência Artificial —, sua aposta mais ambiciosa para ocupar o centro da governança global sobre IA. O evento terá a participação oficial do Brasil, por meio do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), do Ministério das Relações Exteriores (MRE) e do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI). A Waico tem um propósito: ocupar uma lacuna para se firmar como fórum de governança mundial de inteligência artificial. Não é uma tarefa simples. Há outras ações avançando, mas nenhuma conseguiu se consolidar. A Waico complementa uma iniciativa da própria China, em 2023, como uma declaração de apelo à colaboração internacional para desenvolver, compartilhar conhecimento e disponibilizar tecnologias de IA de forma ampla. A intenção é que a Waico funcione nos moldes da ONU, inclusive com secretário-geral com mandato de três anos. Fonte: Convergência Digital

Europa obriga o Google a abrir o Android às rivais de Inteligência Artificial e de buscas online

Mercado | **16/07/2026**

O Google, controlado pela Alphabet, foi obrigado a permitir que a OpenAI, outras empresas de inteligência artificial (IA) e concorrentes do mercado de buscas online acessem 11 funcionalidades do sistema operacional Android para que concorrentes de IA possam utilizar esses recursos e competir em melhores condições com o Gemini, ferramenta de inteligência artificial da empresa. A medida da Comissão Europeia, responsável por fiscalizar a concorrência no bloco europeu, foi anunciada nesta quarta-feira, 15 de julho, seis meses após a abertura de um processo para definir como o Google deveria se adequar à Lei dos Mercados Digitais (DMA, na sigla em inglês). Fonte: Convergência Digital

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Deputados querem mudar o Marco Civil da Internet para bloquear contas, perfis ou canais

Poder Legislativo | **16/07/2026**

A Comissão de Segurança Pública da Câmara dos Deputados aprovou projeto de lei que altera o marco civil da internet (Lei 12.965/14) para determinar que a Justiça suspenda ou bloqueie perfis e contas que estejam sendo usados de forma reiterada na prática de ilícitos civis ou penais. Atualmente, a lei prevê a retirada de conteúdos específicos mediante ordem judicial, mas não trata expressamente do bloqueio de contas, perfis ou canais. A proposta obriga empresas de tecnologia, redes sociais e provedores a colaborar com a polícia e a Justiça, fornecendo dados cadastrais e registros de conexão em investigações de fraudes, invasões, exploração infantil e lavagem de dinheiro. O descumprimento das regras gera multa diária. Foi aprovado o substitutivo do relator, deputado Capitão Alberto Neto (PL-AM), ao Projeto de Lei 4614/25, do deputado Domingos Neto (PSD-CE). O parecer retoma parte do projeto original que trata da tipificação penal e do aumento de penas e que foi excluída durante a análise na Comissão de Comunicação. Fonte: Convergência Digital

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

POLÍTICA

Motta conversa com líderes sobre resposta a Dino, mas PT e PSOL dizem ter ficado de fora das articulações

Poder Legislativo | **15/07/2026 – 18h38min**

O presidente da Câmara, Hugo Motta, tem conversado com líderes partidários desde a decisão do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Flávio Dino, na sexta-feira, sobre as emendas parlamentares. Embora não tenha reunido todos os líderes, Motta tem mantido conversas individuais, tanto presencialmente quanto por telefone. Parlamentares de PT e PSOL, no entanto, dizem ter ficado de fora dessas articulações. Motta defende a legalidade das emendas parlamentares e afirma que irá comprovar a transparência na execução desses recursos na resposta que enviará ao STF. Na decisão, Dino determinou o bloqueio de R\$ 6,1 milhões em bens do ex-deputado federal Eduardo Cunha e de R\$ 119 milhões em bens do presidente do PL, Valdemar Costa Neto. O ministro também deu prazo de dez dias para que Hugo Motta encaminhe toda a documentação relativa à tramitação interna das emendas apontadas pela Polícia Federal, devidamente individualizada e organizada por emenda. Fonte:

O Globo

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)